Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Desunião Brasil

A ministra do Turismo, Daniela Carneiro, e os outros cinco deputados federais que foram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedir desfiliação só sairão do partido se conseguirem manter os mandatos. A ação, conforme cálculo de advogados, deve levar pelo menos um ano. Até lá, Daniela não sai. Nem do ministério nem do partido. Se ganhar a ação, deixa a legenda rumo ao Republicanos, que se diz independente, mas não reclamará de cargo no governo.

Veja bem

Se mantiver o que declarou no café com jornalistas, Lula não trocará ministros agora. Só depois do teste da votação da Reforma Tributária, que o presidente coloca como avaliação para a base parlamentar.

Líder ou relator

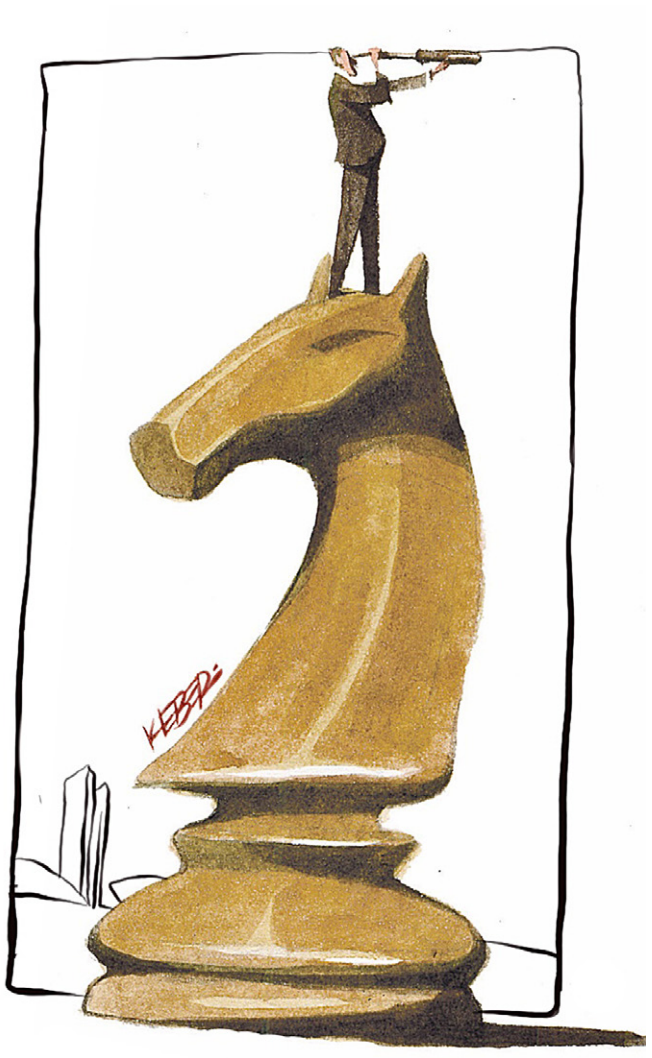
O governo estuda colocar as medidas fiscais de Lula dentro da medida provisória do ex-presidente Jair Bolsonaro, criada para socorrer o setor de eventos no pós-pandemia. O relator é o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), o que tem tudo para se tornar um problema.

E o equilíbrio dança

Muitos parlamentares veem nessa manobra algo para lá de complicado, porque cabe ao líder do governo ficar de fora para ajudar a negociar as soluções, e, ao relator, agir com equilíbrio para atender a todos.

O governo cede e arrisca

A decisão do governo de transformar a medida do voto de qualidade do Carf num projeto de lei foi vista como uma demonstração de fraqueza no Congresso. Primeiro, ainda que a proposta tenha tramitação em regime de urgência, serão pelo menos seis meses de funcionamento do Conselho de Administração de Recursos Fiscais sob a forma antiga. E, a preços de hoje, os parlamentares não se mostram muito dispostos a chancelar o voto de qualidade previsto pelo governo. A sorte do Planalto é que uma maioria simples pode resolver o problema. Facilita, mas não é 100% seguro.



Reforma Tributária

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Unafisco), Mauro Silva, está otimista em relação à reforma, tema do **Correio** *Talks* de hoje, a partir das 9h. "Acredito que este ano a primeira etapa da reforma sai", diz ele, em entrevista ao Podcast do Correio. Você pode acompanhar o evento de hoje pelas redes sociais do Correio Braziliense.

CURTIDAS

O melhor dos dois mundos/ Colocar o líder do MDB, Isnaldo Bulhões, no papel de relator da medida provisória da reestruturação do governo é algo que agrada ao presidente da Câmara, Arthur Lira, e ao senador Renan Calheiros. Mas não é garantia de sucesso absoluto.

Veja bem/ No plenário da Câmara, há um desejo de manter a Fundação Nacional de Saúde. Caberá a Isnaldo Bulhões conquistar maioria para fechar a instituição.

Mauro Pimentel/AFP



Pacheco e Dilma I/ Integrante da comitiva de Lula à China, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, terá um momento de constrangimento na viagem. É que, na agenda, está a posse da ex-presidente Dilma Rousseff (**foto**) no banco dos Brics. Pacheco derrotou Dilma ao Senado, em 2018 e, em 2016, como deputado, votou a favor da abertura de processo de impeachment contra a então presidente da República.

Pacheco e Dilma II/ Todos sabem que a ex-presidente não tolera aqueles que, no passado, votaram a favor de afastá-la do governo. Agora, porém, será diferente. Pacheco estará lá para aplaudi-la, depois de um voto no impeachment "por Minas Gerais e pela OAB".

ATOS GOLPISTAS

Julgamentos começam dia 18

Supremo avaliará os primeiros 100 casos de envolvidos nos ataques antidemocráticos. Análises ocorrerão no plenário virtual

» RENATO SOUZA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, marcou para o próximo dia 18 o início do julgamento dos extremistas bolsonaristas denunciados pela depredação de prédios públicos em Brasília, em 8 de janeiro. De acordo com a publicação no *Diário de Justiça*, nesta primeira etapa, serão analisados os casos de 100 radicais. A avaliação das ações ocorrerá no plenário virtual da Corte — espaço eletrônico em que os ministros depositam os votos, e advogados e o Ministério Público, seus posicionamentos.

Ao definir o começo dos julgamentos, Rosa Weber atendeu a pedido do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que investiga os ataques. A sessão virtual terá início no dia 18 e se estenderá até o dia 24.

As primeiras denúncias sobre os ataques golpistas foram apresentadas pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos.

A manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) é pela condenação dos réus por diversos crimes: associação criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; dano qualificado, com emprego de violência e uso de material inflamável; e deterioração do patrimônio tombado.

Segundo informações obtidas pelo **Correio**, nesse primeiro grupo estão, principalmente, invasores da Câmara dos Deputados, identificados como responsáveis pela destruição do local.

Até agora, 1.390 pessoas foram denunciadas por envolvimento nos atos. Do total, 239 são apontadas como executoras (participaram das depredações), e 1.150, incitadoras.

A PGR afirmou que o vandalismo ocorreu após convocação pelas redes sociais e foi efetuado de maneira coordenada. "No interior do prédio sede do Congresso Nacional e insuflando a massa a avançar contra as sedes do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, os denunciados destruíram e concorreram para a destruição, inutilização e deterioração de patrimônio da União, fazendo-o com violência à pessoa e grave ameaça, emprego de substância inflamável e gerando prejuízo considerável para o erário", diz um trecho da denúncia.

Ainda conforme a peça enviada ao Supremo, "os autores pretendiam impedir de forma contínua o exercício dos Poderes Constitucionais, o que implicaria a prática reiterada de delitos até que se pudesse consolidar o regime de exceção pretendido pela massa antidemocrática".

A tendência, de acordo com fontes ligadas ao STF, é de que ocorra condenação em quase todos os casos, com penas maiores para os que aparecem em imagens de câmeras de segurança depredando o patrimônio público, e para pessoas identificadas por meio das impressões digitais.

Em recuperação

Os edifícios não foram totalmente restaurados. O STF adiantou a recuperação do plenário para que as sessões presenciais fossem retomadas, o que ocorreu já em fevereiro. Mas outros três andares passam por reformas. No Palácio do Planalto, vitrais ainda estão sendo colocados; e no Congresso, têm sio feitos reparos.

Divulgação/STF



Os ministros Rosa Weber e Alexandre de Moraes visitam, na Papuda, detidos pelos ataques de 8/1

» Protesto de familiares

Familiares de presos denunciados pelos ataques de 8 de janeiro protestaram, ontem, em frente à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Distrito Federal. Eles entregaram aos representantes da entidade uma carta pedindo a liberação dos parentes, assim como a garantia de acesso à ampla defesa. O documento afirma que não se busca impunidade, mas, sim, que os detidos possam responder às acusações em liberdade. A carta diz que as decisões que sustentam as prisões contêm o mesmo texto, não ocorrendo individualização das condutas.

Weber e Moraes visitam presos na Papuda

A ministra Rosa Weber, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e o também magistrado da Corte Alexandre de Moraes visitaram extremistas detidos no presídio da Papuda sob acusação de envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro.

A visita ocorreu na segunda-feira, mas só foi divulgada ontem pelo STF. Segundo a Corte, antes de irem às celas, Rosa Weber e Moraes conversaram com a direção do presídio, localizado em São Sebastião. Os dirigentes da unidade afirmaram que o número de policiais penais na ativa é insuficiente para que a unidade funcione em sua capacidade máxima.

Em seguida, os magistrados conversaram com detidos e avaliaram a estrutura da Papuda. Moraes, inclusive, provou a comida que é servida aos internos. "Aos presos, os ministros informaram que o devido processo legal está sendo cumprido e que todos os casos estão sendo avaliados individualmente pelo Supremo", informou a Corte, em nota.

Conforme dados do STF, em 9 de janeiro, a Polícia Federal prendeu em flagrante 2.151 pessoas que participaram dos ataques e estavam acampadas em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Desse total, 745 foram liberadas imediatamente após a identificação, por apresentar algum tipo de atenuante ou comorbidade, casos de pessoas maiores de 70 anos, as com idade entre 60 e 70 anos com comorbidades e 50 mulheres que estavam com filhos menores de 12 anos nos atos.

294

Número de extremistas que ainda estão presos. São 208 homens e 86 mulheres

Seguem detidos 208 homens e 86 mulheres que têm algum tipo de ligação com a depredação das sedes do Congresso, do STF e do Palácio do Planalto. "Aos liberados, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR), foram aplicadas medidas cautelares aos acusados por crimes como incitação ao crime (artigos 286) e associação criminosa (artigo 288, parágrafo único), do Código Penal", destacou o comunicado. "O ministro Alexandre de Moraes considerou que eles já foram denunciados e não representam mais risco processual ou à sociedade neste momento, podendo responder ao processo em liberdade provisória", acrescentou.

Depois do encontro com detidos pelos atos golpistas, Rosa Weber e Alexandre de Moraes visitaram salas de aula e conversaram com outros presos, não envolvidos nos crimes cometidos em 8 de janeiro. (**RS**)